

**A. I. N°** - 212145.0003/10-8  
**AUTUADO** - V. A. M. DA SILVA  
**AUTUANTE** - ROMILDO JOSÉ GONÇALVES  
**ORIGEM** - INFAZ JUAZEIRO  
**INTERNET** - 07. 06. 2011

**1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF N° 0152-01/11**

**EMENTA:** ICMS. CONTRIBUINTE OPTANTE PELO REGIME ESPECIAL UNIFICADO DE ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DEVIDOS PELAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (SIMPLES NACIONAL). **a)** CARTÃO DE CRÉDITO E/OU DÉBITO. SAÍDAS EM VALOR INFERIOR AO FORNECIDO PELA ADMINISTRADORA E INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES SEM DOCUMENTAÇÃO FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Infração reconhecida. **b)** PAGAMENTO A MENOS DO IMPOSTO. Infração não contestada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

O presente Auto de Infração foi lavrado, em 30/12/10, para exigir ICMS, no valor de R\$ 54.528,27, em razão dos seguintes fatos:

1. Falta de recolhimento de ICMS referente a omissões de saídas de mercadorias tributadas, presumidas por meio de levantamento de vendas com pagamento em cartão de crédito ou débito, em valor inferior ao informado por instituições financeiras e/ou administradoras de cartão, nos meses de julho de 2007 a dezembro de 2008. Foi lançado imposto no valor de R\$ 27.409,21, mais multa de 150%.
2. Falta de recolhimento de valores referentes ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, implicando não recolhimento de parte do ICMS, devido a erro na informação da receita e/ou alíquota aplicada a menos, nos meses de agosto de 2007 a dezembro de 2008. Foi lançado imposto no valor de R\$ 27.119,06, mais multa de 75%.

O autuado apresenta defesa (fls. 103 e 104) e, inicialmente, reconhece a existência do débito tributário em comento. Diz que, quando tomou ciência da autuação, solicitou a redução [das multas] prevista no Auto de Infração, bem como o parcelamento do débito. Aduz que, no dia seguinte, foi informado que o débito não poderia ser parcelado, mas que teria trinta dias para efetuar o pagamento do Auto de Infração com os descontos nele previstos.

Afirma que, no seu entendimento, como a base da autuação trata da cobrança de ICMS devido ao Estado da Bahia, caberia a aplicação da legislação tributária estadual no que tange ao parcelamento do débito.

Quanto à redução da multa, frisa que o próprio Auto de Infração prevê tal hipótese. Explica que o valor histórico da autuação é R\$ 54.528,27, mais R\$ 13.663,10 de acréscimos moratórios e R\$ 61.452,99 de multa, *sendo esta última prevista na sua totalidade como “valores sujeitos a redução”*.

Assevera que, conforme preconiza o Regulamento e tendo em vista que a empresa não tem nenhuma pendência fiscal ou trabalhista anterior, lhe deve ser aplicada a redução da multa, como previsto no Auto de Infração, bem como o parcelamento do débito tributário em sessenta meses.

Na informação fiscal, fls. 113 a 115, inicialmente, o autuante diz que o contribuinte confessou o débito tributário em comento e não questionou a essência do Auto de Infração.

Quanto aos pedidos de redução de multa e de parcelamento, o autuante transcreve o disposto nos artigos 35, da Lei Complementar nº 123/06, 44, da Lei nº 9.430/96, e 6º, I, II, III e IV, da Lei nº 8.218/91. Em seguida, afirma que a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia não normatizou ainda as questões relacionadas ao parcelamento dos débitos do Simples Nacional, negando o benefício pela omissão da matéria na LC 123/06.

Ao finalizar a informação fiscal, o autuante solicita a manifestação do CONSEF sobre a questão do parcelamento e pede que o Auto de Infração seja julgado procedente.

## VOTO

No Auto de Infração em epígrafe, o autuado, uma empresa optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional – foi acusado de ter omitido operações de saídas de mercadorias tributáveis, tendo sido a irregularidade presumida por meio de levantamento das vendas pagas por meio de cartão de crédito e/ou débito (infração 1) e de ter deixado de recolher valores referentes ao Simples Nacional em razão de erro na informação da receita e/ou alíquota aplicada a menos (infração 2).

Em sua defesa, o autuado expressamente reconhece, como procedentes, as infrações que lhe foram imputadas, porém solicita que lhe seja concedida redução das multas previstas no Auto de Infração e que o débito tributário seja parcelado.

O reconhecimento da procedência das infrações e a ausência de contestação das acusações deixam claro o acerto da ação fiscal e a subsistência da autuação.

Quanto às multas, o autuado somente fará jus a redução prevista na legislação, conforme a data do pagamento do débito tributário. Dessa forma, apenas a repartição fazendária competente poderá apurar e determinar qual o percentual da redução a ser aplicado, tendo em vista que o débito tributário ainda não foi pago.

Já em relação ao pedido de parcelamento do débito tributário, ressalto que tal matéria não se inclui na competência deste CONSEF. O pedido de parcelamento poderá ser objeto de petição própria, dirigido à autoridade fazendária competente do domicílio fiscal do autuado.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **212145.0003/10-8**, lavrado contra **V. A. M. DA SILVA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do débito tributário no valor de **R\$54.528,27**, acrescido das multas de 150% sobre R\$ 27.409,21 e de 75% sobre R\$ 27.119,06, previstas nos artigos 18 e 26, I, da Lei Complementar nº 123/06, c/c o artigo 4º, §4º, da Lei nº 7.014/96, e artigo 21, I, da Lei nº 123/06, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de maio de 2011.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE

ÁLVARO BARRETO VIEIRA – RELATOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA – JULGADOR